

BOLETIM 806

Brasília, 7 de junho de 2019



Da esquerda para a direita: Evilásio, Raimundo Brito, Miraldo, Altamiro, Aroldo e Antônio Lopes

DIRETORIA RESIDENTE REÚNE-SE COM CONSELHO FISCAL

A diretoria residente da CONTRICOM, integrada pelo presidente, Altamiro Perdoná, o secretário-geral, Miraldo Vieira, e o secretário de Finanças, Aroldo Garcia, reuniu-se nesta quinta (6), na sede da entidade, em Brasília, com os membros do Conselho Fiscal (Antônio Lopes de Carvalho, Raimundo Brito e Evilásio de Deus Lopes).

Na ocasião, foram debatidas as diversas propostas de reestruturação financeira da entidade, em razão das restrições orçamentárias impostas pela “nova” lei trabalhista e a MP da contribuição sindical.

Altamiro reiterou a disposição da direção da Confederação de “fazer tudo que estiver ao nosso alcance para garantirmos o funcionamento da CONTRICOM. Se pensam que nos derrotaram, estão muito enganados. Vamos dar a volta por cima e assegurar o pleno funcionamento da entidade e a luta dos trabalhadores”, sentenciou.

MP da contribuição sindical ‘caducará’; mas entrará projeto de lei

A Medida Provisória (MP) 873/19, que entre outros aspectos, determina a cobrança das contribuições sindicais por meio de boleto bancário vai perder a eficácia no dia 28 de junho. Até lá, a iniciativa do governo terá feito estrago incalculável nas finanças e na estrutura sindicais. A MP passou a vigorar no dia 1º de março.

Mas a sabotagem contra o movimento sindical não cessa com a caducidade da medida provisória. O governo pretende, segundo o site “O Antagonista”, enviar ao Congresso Nacional, projeto de lei sobre o assunto, em regime de urgência.

“Está em finalização o projeto de lei que substituirá a medida provisória que torna efetiva de um basta na sabotagem à proibição da contribuição sindical provisória”.

“Os detalhes estão sendo negociados com [o presidente da Câmara] Rodrigo Maia.”

E segue a nota: “O projeto de lei manteria a proibição de aprovação de contribuição sindical por ‘assembleias’, impondo assim um controle sobre o sindicalismo de toga, mas voltaria atrás quanto à forma do pagamento da contribuição consentida pelo trabalhador — voltaria a ser por desconto em folha no lugar do boleto bancário.”

Fonte: Diap



Deterioração da economia deixa 28,4 mi sem emprego

O número de brasileiros desempregados e subempregados, que vive de “bico”, trabalho “informal”, irregulares e/ou esporádicos, bateu novo recorde em abril. Segundo divulgou o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) na sexta-feira (31), já são 28,4 milhões de pessoas nestas condições.

De acordo com o IBGE, a taxa composta de subutilização da força de trabalho aumentou de 24,2% no trimestre móvel de novembro a janeiro para 24,9% no trimestre encerrado em abril. Este é o maior resultado já registrado na série histórica da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) Contínua, iniciada em 2012.

A população subutilizada cresceu em ambas as comparações: “3,9% (mais 1.063 mil pessoas) frente ao trimestre anterior (27,3 milhões de pessoas) e 3,7% (mais 1.001 mil pessoas) no confronto com igual trimestre de 2018 (27,4 milhões de pessoas)”, aponta o IBGE.

O índice de subutilização é composto por pessoas que estão procurando emprego, trabalhadores subocupados (que trabalham

menos horas do que gostariam) e desalentados, aqueles que gostariam de trabalhar, mas desistiram de procurar emprego. São 4,9 milhões de brasileiros no desalento, um aumento em relação ao mesmo período do ano passado quando o IBGE registrou 4,7 milhões de pessoas.

Segundo o coordenador de Trabalho e Rendimento do IBGE, Cimar Azeredo, a taxa de desempregados voltou a subir de 12% para 12,5% na passagem do trimestre fechado em janeiro para o encerrado em abril, com mais 552 mil pessoas desempregadas.

Em relação ao mesmo trimestre móvel do ano passado, apesar do leve recuo de 0,4% na taxa de desemprego, são 13,2 milhões de brasileiros que vivem a tragédia do desemprego.

Os indicadores do emprego seguem o compasso desanimador da economia brasileira. Na quinta-feira (31), o IBGE divulgou que o PIB, que é a soma de valores de todas as riquezas produzidas no país, recuou 0,2% no 1º trimestre, na comparação com o último trimestre do ano passado – a primeira queda desde o 4º trimestre de 2016 (-0,6%).

Quando Bolsonaro tomou posse no início do ano, o mercado financeiro apostava que a economia cresceria 2,5% este ano, entretanto, a confiança do mercado foi se esvaindo por conta dos desatinos do governo. A previsão para crescimento do PIB foi reduzida para 1,13%, segundo a última pesquisa semanal do Banco Central (BC) no início desta semana.

Fonte: Portal HP

Indústria cortou 1,1 milhão de vagas e reduziu salários em 14,7% entre 2014 e 2017

A recessão vivida pelo Brasil atingiu com força a indústria nacional entre 2014 e 2017, cortando 1,1 milhão de vagas no período (12,5%) e reduzindo salários das vagas remanescentes em 14,7%, segundo dados da Pesquisa Industrial Anual, divulgada nesta quinta-feira (6) pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Os dados revelam ainda que a receita da indústria brasileira caiu 7,7% entre o início oficial da recessão, em 2014, e 2017. Segundo o IBGE, 7,7 milhões de brasileiros trabalhavam na indústria em 2017, queda de 12,5% em relação a 2014. Deste total, 97,5% trabalhavam na área de transformação, e o restante na indústria extrativa.

O segmento com a maior parcela nos empregos da indústria extrativa em 2017 foi a fabricação de produtos alimentícios (23,3% do todo), seguido por confecção de artigos do vestuário e acessórios (8,2%) e ainda a fabricação de produtos de metal (6%).

No período que abrange de 2008 a 2017, os segmentos que mais fecharam postos de trabalho foram extração de carvão mineral (-38,7%), fabricação de coque, produtos derivados de petróleo e biocombustíveis (-32,9%) e fabricação de produtos de madeira (-22,4%).

Os setores que mais abriram vagas no País foram extração de petróleo e gás (441,7%), extração de minerais metálicos (44,5%) e fabricação de bebidas (28,1%). Em 2017, a receita líquida de vendas registrada pela indústria brasileira somou R\$ 3,9 trilhões, 7,7% menos do que em 2014.

Fonte: iG



Inadimplência bate novo recorde no mês de abril

Segundo dados divulgados nesta quinta-feira (6) pela Serasa, o número de inadimplentes bateu novo recorde em abril, chegando a 63,2 milhões de pessoas. Um novo recorde histórico e o equivalente a 40,4% da população adulta.

Na comparação com o mesmo período de 2018, o número de pessoas inadimplentes aumentou em 2 milhões, uma alta de 3,2% – provocada pelas dívidas não pagas com contas de consumo, como: água, energia elétrica, gás e telefonia. Já na passagem de março para abril, a alta foi de 0,4%.

O Serasa destacou no relatório de abril, uma evolução nas dívidas em atraso com bancos e cartões, que representaram 28,6% do total das dívidas vencidas e não pagas para o período analisado.

Segue os setores estão concentradas as dívidas dos brasileiros: Bancos e cartões: 28,6%; Utilidades: 20,2%; Telefonia: 12,1%; Comércio: 11,7%; Serviços: 10,5%; Financeira/Leasing: 10,1%; Outros: 6,8%.

Fonte: Portal HP



Brasil perde jovens para violência em patamar de países como Haiti, aponta Atlas

Se os jovens brasileiros formassem um país próprio, as taxas de homicídio desse país se assemelhariam às das nações com os maiores índices de violência do mundo. É o que aponta o Atlas da Violência 2019, mapeamento das mortes violentas no país feito pelo Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada) e pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP) com base em dados de 2017, coletados pelo Ministério da Saúde.

O Brasil registrou 65.602 homicídios no ano retrasado, um aumento de 4,2% em relação ao ano anterior e, o mais preocupante, um número recorde que equivale a 31,6 mortes para cada 100 mil habitantes - mais do dobro, por exemplo, da taxa de homicídios do Iraque em 2015 (ano mais recente com estatísticas da OMS, a Organização Mundial da Saúde). A OMS considera epidêmicas taxas de homicídio superiores a 10 homicídios a cada 100 mil habitantes.

Fonte: BBC

Petrobrás coloca quase tudo à venda após 'liberou geral' do STF

A Petrobras vai retomar seu cronograma de venda de ativos, depois do "liberou geral" do STF em decisão tomada nesta quinta-feira (6). As principais participações acionárias à venda somam US\$ 32,3 bilhões, considerando empresas como BR, Liquigás, Gaspetro, além de oito refinarias e da TAG, rede de gasodutos no Norte e Nordeste.

Fonte: Brasil247

Auditoria aponta ganhos excessivos de Guedes em negócios com fundos de pensão

Reportagem de Fábio Fabrini, na edição desta quinta-feira (6) da Folha de S.Paulo, revela que auditorias da Funcef — entidade de previdência complementar dos funcionários da Caixa — afirmam que FIPs (fundos de investimento em participações) geridos pelo hoje ministro da Economia, Paulo Guedes, pagaram, sem justificativa técnica adequada, R\$ 385 milhões de ágio para adquirir empresas.

As auditorias da Funcef, de fevereiro deste ano, foram feitas a pedido do MPF (Ministério Público Federal), que conduz duas investigações sobre fraudes nos negócios, supostamente praticadas em consórcio por Guedes e dirigentes dos fundos de pensão.

A principal suspeita, baseada em relatórios da Previc (Superintendência Nacional de Previdência Complementar), é de que eles tenham gerado ganhos excessivos ao ministro, em detrimento dos cotistas dos FIPs.

Os investimentos foram feitos com recursos captados de fundos de pensão patrocinados por estatais e do BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social).

Guedes montou, por meio de sua empresa de gestão de ativos, FIPs que receberam, entre 2009 e 2014, R\$ 1 bilhão em recursos dos institutos que administram os planos de pensão e aposentadoria dos empregados de empresas públicas.

Entre eles estão Funcef, Previ (Banco do Brasil), Petros (Petrobras) e Postalís (Correios), além do BNDESPar — braço de investimentos do BNDES.

Fonte: Revista Forum



Questionada no Supremo lei que dispensa autorização sindical em demissões

A Confederação Nacional dos Trabalhadores Metalúrgicos (CNTM) ajuizou ação Direta no Supremo Tribunal Federal para questionar dispositivo da reforma trabalhista que tornou desnecessária a participação prévia de entidades sindicais ou da celebração de convenção coletiva ou do acordo coletivo de trabalho na homologação de demissões imotivadas individuais, bem como nas coletivas de trabalhadores. O caso está sob relatoria do ministro Luiz Edson Fachin.

De acordo com a CNTM, o artigo 477-A da CLT, com a redação da Lei 13.467, aponta não ser mais obrigatória a autorização prévia de entidade para efetivação de dispensas imotivadas individuais, plúrimas ou coletivas, e faculta ao trabalhador ser assistido pelo advogado do sindicato.

A Confederação argumenta, ainda, que o afastamento da presença sindical das rescisões de contratos de trabalho e das homologações de acordos extrajudiciais é fator que influencia e afeta, com veemência, economia, política, sociedade e ordenamento jurídico brasileiros, "abalandando a tutela, proteção e regulação das relações de trabalho, um dos princípios vetoriais e basilares do Estado Democrático de Direito".

Lembrando que a Justiça Trabalhista entende que a dispensa em massa de trabalhadores, se não autorizada previamente pela entidade sindical, caracteriza abuso de direito, a Confederação pede que se dê aos textos questionados interpretação conforme a Constituição para que seja assegurada a presença do sindicato profissional nas dispensas em massa e nas conciliações extrajudiciais.

Fonte: Consultor Jurídico

Preço da cesta básica diminui em 13 capitais

Em maio de 2019, o custo do conjunto de alimentos essenciais diminuiu em 13 capitais, conforme mostra resultado da Pesquisa Nacional da Cesta Básica de Alimentos, realizada mensalmente pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese) em 17 cidades.

As quedas mais importantes foram observadas em Campo Grande (13,92%), Belo Horizonte (7,02%), Goiânia (-4,48%) e Rio de Janeiro (-4,39%). Os aumentos ocorreram em Florianópolis (1,17%), Aracaju (0,86%), Recife (0,20%) e Brasília (0,06%).

A capital com a cesta mais cara foi São Paulo (R\$ 507,07), seguida por Porto Alegre (R\$ 496,13) e Rio de Janeiro (R\$ 492,93). Os menores valores médios foram observados em Salvador (R\$ 392,97) e João Pessoa (R\$ 403,57).

Em 12 meses, entre maio de 2018 e o mesmo mês de 2019, todas as cidades pesquisadas acumularam alta, entre 6,49%, em Campo Grande, e 24,23% em Recife.

Fonte: Agência Brasil

BOLETIM CONTRICOM

Presidente

ALTAMIRO PERDONÁ

Secretário Geral

MIRALDO VIEIRA DA SILVA

Secretário de Finanças

AROLDO PINTO GARCIA

Secretário para Assuntos de Comunicação

WILSON GERALDO SALES DA SILVA

Redação e Edição

INSTITUTO DOIS CANDANGOS